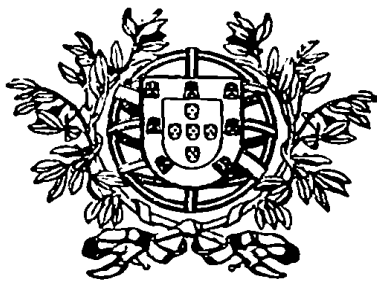


DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, *franca de porte*, bem como os periódicos que trocarem com o *Diário*, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.

Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18\$000 | Anúncios, por linha 60
Ditas por semestre 10\$000 | Comunicados e correspondências, por linha 60

Número avulso, cada folha de quatro páginas 40

Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no *Diário do Governo*

A correspondência para a assinatura do *Diário do Governo* deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Lei de 30 de Junho, autorizando a Câmara Municipal de Vila Rial de Santo António a alienar, independentemente do preceituado nas leis de desamortização, os terrenos baldios que se destinem a construções urbanas.

Lei de 21 de Julho, autorizando a Câmara Municipal de Cezimbra a lançar um imposto camarário sobre a venda do peixe e a contrair um empréstimo para obras de saneamento.

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral de Administração Política e Civil, sobre movimento de pessoal.

Relações dos alunos aprovados no exame final da 3.ª classe das escolas normais de Vila Rial, Viana do Castelo, Ponta Delgada e Horta.

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.

Portaria de 23 de Julho, prorrogando por mais três anos o prazo de validade das obras de ensino secundário aprovadas em 1907 e 1908.

Despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.

Lei de 22 de Junho, mandando inserir no Orçamento de 1912-1913 a quantia de 10.000 escudos para obras nos hospitais civis de Lisboa.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Lei de 10 de Julho, alterando, de três para dois, o número de escrivães da comarca da Ilha do Pico.

Lei de 12 de Julho, estabelecendo as providências a adoptar para a repressão dos crimes de propaganda subversiva.

Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

Rectificação à data dos despachos pela 2.ª Repartição da Direcção Geral da Justiça, publicados no *Diário* n.º 111.

Despachos sobre movimento de pessoal de registo civil.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Despachos pela Direcção Geral das Alfândegas, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Aviso acerca da liquidação dum espólio.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Leis de 30 de Junho:

Transferindo do saldo da verba destinada a material e pequenas construções para o porto de Lisboa em 1911-1912 a quantia de 25.000\$000 réis com destino a encargos da exploração do mesmo porto.

Autorizando o Governo a aplicar à construção, policia e reparação de estradas no continente, em 1912-1913, o remanescente da verba consignada ao mesmo fim no Orçamento de 1911-1912.

Autorizando a renovação do arrendamento do prédio onde estão instaladas a Direcção dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste e a Direcção Geral de Obras Públicas e Minas.

Leis de 20 de Julho:

Autorizando a venda das árvores existentes sobre os diques de Valaia e das Onias, na margem direita do Tejo.

Permitindo aos lavradores pagar em prestações, ao Mercado Central de Produtos Agrícolas, as importâncias em dívida pelas sementes adquiridas em 1909.

Alterando os direitos de importação da cevada, aveia e fava.

Autorizando o Governo a vender à Companhia do Bairro Camões 270 metros quadrados de terreno da cerca do Manicó-mio Bombarda.

Despachos pela Secretaria Geral, sobre movimento de pessoal.

Portaria de 24 de Julho, cedendo à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra o edificio que se destinava ao Teatro Académico.

Despacho autorizando a fazer tirocinio nos caminhos de ferro do Estado vários alunos do Instituto Superior Técnico de Lisboa.

Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.

Alvará de 13 de Julho, concedendo a propriedade da mina de ferro do Sobralhal, no concelho de Moncorvo.

Notificação de registos de marcas internacionais.

Relação de pedidos de registo de nomes industriais.

Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.

Despacho prorrogando por mais seis meses a isenção de franquia concedida à correspondência do conselho da administração da Universidade Livre.

Aviso de ter aberto ao serviço a estação telegrafo-postal de Amareleja.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Decretos de 20 de Julho:

Regulando o recrutamento dos serviços de Angola para os serviços agrícolas das ilhas de S. Tomé e Príncipe.

Aprovando o regulamento para a arrecadação, uso e porte de armas, munições e pólvora na província da Guiné.

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral das Colónias, sobre movimento de pessoal.

Anúncio de concurso para provimento do lugar de professora-regente do Colégio de Santa Rosa Lima, de Macau.

Anúncio de concurso para provimento dum lugar de tabelião privativo de notas na comarca de Lourenço Marques.

Aviso de ter reaberto ao serviço internacional a estação telegráfica de Huila.

Anúncio, programa e condições para a venda de moeda antiga de cobre e bronze existente na Casa da Moeda, retirada da circulação no Estado da Índia e na província de Angola.

Habilitações para levantamento de créditos.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal de Justiça, tabela dos feitos que hão-de ser julgados na sessão de 30 de Julho.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Câmara Municipal de Lisboa, edital declarando aberto inquérito para a construção de duas ruas particulares; anúncio para arrematação de bois argentinos ou uruguaianos, para abastecimento dos talhos.

Junta do Crédito Público, editos para averbamento de títulos.

Administração do 3.º bairro de Lisboa, edital acerca da gerência do tesoureiro da Penitenciária de Lisboa, em 1911-1912.

Juizo de direito da comarca de Coimbra, editos para expropriações de terrenos.

Juizo de direito da comarca de Penacova, idem.

Montepio Oficial, anúncio de convocação da assembleia geral para 29 de Julho.

Alfândega do Porto, anúncio para arrematação do fornecimento de fotografias dos descaminhadores de direitos e contrabandistas.

Batalhão n.º 3 da Guarda Nacional Republicana, anúncios para venda de cavalos.

Bolsa de Lisboa, cotação dos géneros coloniais na semana finda em 20 de Julho.

Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.

Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.

Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 231 — Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 22 de Julho.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral da Administração Política e Civil

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Câmara Municipal do concelho de Vila Rial de Santo António a alienar, independentemente do preceituado nas leis de desamortização, os terrenos baldios do mesmo concelho que se destinarem a quaisquer construções urbanas.

Art. 2.º Fica revogada toda a legislação em contrário.

O Ministro do Interior a faça imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, em 30 de Junho de 1912.—*Manuel de Arriaga*—*Duarte Leite Pereira da Silva*.

Em nome da Nação o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Câmara Municipal de Cezimbra, ou a respectiva comissão administrativa, a lançar um imposto camarário de 1 por cento sobre o produto da venda do peixe, que naquela localidade se efectue nas lotas de terra e mar.

Art. 2.º A cobrança deste imposto será feita na delegação aduaneira, cumulativamente com a do imposto do pescado.

Art. 3.º É igualmente autorizada a referida Câmara, ou respectiva comissão administrativa, a contrair, pelo juro máximo de 6 por cento ao ano, um empréstimo até a quantia de 60.000\$000 réis, amortizável em trinta anuidades, garantido pelos rendimentos ordinários do município, e, em especial, pelo imposto criado por esta lei, a fim de ser aplicado a obras de saneamento da vila e construção dum mercado, dum matadouro e dum cemitério.

Art. 4.º Este imposto terminará logo que esteja pago o empréstimo referido.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros do Interior e das Finanças a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, em 21 de Julho de 1912.—*Manuel de Arriaga*—*Duarte Leite Pereira da Silva*—*António Vicente Ferreira*.

Para os devidos efeitos se publicam os seguintes despachos:

Julho 24

Bacharel António Carlos Borges, auditor administrativo do distrito de Leiria—concedida licença por sessenta dias, por motivo de doença.

Bacharel José Bressane Leite Perry, auditor administrativo do distrito da Horta—idem, por trinta dias, por motivo de doença;

Bacharel Álvaro de Mendonça Machado de Araújo, auditor administrativo do distrito de Bragança—idem, por sessenta dias, por motivo de doença. Todos estes funcionários ficam sujeitos ao pagamento dos respectivos emolumentos, nos termos da alínea a) do artigo 2.º, do decreto de 16 de Junho de 1911.

Secretaria do Ministério do Interior, em 24 de Julho de 1912.—O Director Geral, *Ricardo Paes Gomes*.

Para os devidos efeitos de novo se publica o seguinte despacho em devidos termos:

Julho 20

António Marcos da Silva—exonerado, como pediu, de administrador do concelho de Salvaterra de Magos.

Secretaria do Ministério do Interior, em 24 de Julho de 1912.—O Director Geral, *Ricardo Paes Gomes*.

Direcção Geral da Instrução Primária

2.ª Repartição

Relação dos alunos aprovados no exame final de 3.ª classe na Escola de Ensino Normal de Vila Rial, no ano lectivo de 1911-1912

	Valores
Cassiano Pereira Guimarães	19 3/5
Leonor Luisa Machado Pipa	19 3/5
Angela Alves	19 3/5
António Ribeiro de Miranda	19
Orígenes Manuel Pires	19
Everardo Pitrez	19
Virgíntina da Gloria Sousa Machado	19
Branca do Socorro Alves Janeiro	19
Aurora Pereira de Abreu	19
Maria Amélia do Amaral Faria	19
Zulmira da Conceição Gama	19
Teresa Martins	19
Clara Alves de Sousa Carvalho	19
Aleina da Gloria Branca de Almeida	19
Ália do Céu Pimentel	19
Maria Madalena Dias	18
Teresa Júlia Leite Nunes	18
Helena Pinto da Cruz	18
João Pereira da Conceição e Silva	16
Maria Olívia Machado	16
Maria da Graça	16
Adélia da Natividade Fernandes Figueiredo	16
Albertina Pereira Rodrigues	16

Relação dos alunos aprovados no exame final de 3.ª classe na Escola de Ensino Normal de Viana do Castelo, no ano lectivo de 1911-1912

	Valores
Judit Maria Renda	15 5/6
Cândida das Dores Pereira Braga	14 2/3
Eugénia Firmino de Pina	14 1/3
Albertina Ernestina Ferreira Pinto da Cunha	14 1/6
Etelvina Rosa Branca Fornelos	13 1/2
Domingos Gonçalves Parente Júnior	13
António José da Costa Pereira	12 1/2
Manuel Gonçalves Amado	11 1/2
João Maria de Sousa	11 1/6
Maria do Carmo da Silva Vieira	10 1/2

Relação dos alunos aprovados no exame final da 3.ª classe na Escola de Ensino Normal de Ponta Delgada, no ano lectivo de 1911-1912

	Valores
Manuel Cordeiro	18
Maria Aurora de Sousa Calouro	17
Ana do Carmo Costa	15
Maria da Glória Martins	12

Relação dos alunos aprovados no exame final da 3.ª classe na Escola de Ensino Normal da Horta, no ano lectivo de 1911-1912

	Valores
Francisco Vieira Rodrigues Júnior	19
Manuel José Cardoso de Simas	18
Manuel de Avila Coelho	17
Maria Elisa Correia	16

Por decreto de 20 do corrente mês:

Criada uma escola primária, para o sexo masculino, no lugar da Estrada, freguesia de S. Christóvão do Muro, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 24 de Julho de 1912.—Pelo Director Geral, *João Augusto Caldeira Rebôlo*.